

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS	
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARNON DE	DECRETO N. 1.459 DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENAD	
	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 A	ADI Nº 4.827/2019	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 ALAGOAS - LEI N	
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868 DE 10.11.199 O CAPÍTULO	LEI N. 12.063, DE	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868 DE 10.11.199 O CAPÍTULO II.A QUE EST	
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO EST	EMENDA CONSTITUCI	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGO	
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6	LEI N. 8.146, DE 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161 DE 26 DE	
	ACRESCENTA O ART. 177.A À CONSTITUIÇÃO ESTADU	EMENDA CONSTITUCI	ACRESCENTA O ART. 177.A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUT	
	ACLIUIÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS)	DECRETO N. 1.787 DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382 DE 11 DE MAIO	
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEF	LEI N. 8.376, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DI	
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO S	DECRETO N. 40.183 DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIVO ESTAD	DECRETO N. 37.609 DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO D	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIVO ESTAD	DECRETO N. 37.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609 DE 1º DE JANEIRO DE 2015	
	ALIENAÇÃO DE RECURSOS	LEI N. 6.159, DE 15.6.2000	AUTORIZA A ALIENAÇÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA, PERTENCENTE	
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAC	LEI N. 8.580, DE 19.1.2022	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS ILIIZAD	
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO A	LEI N. 7.855, DE	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO ATUALIZA OS VA	
	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA L	LEI N. 7.930, DE 4.10.2017	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL N	
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BA	DECRETO N. 4.221 DE	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE PO	
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS	LEI N. 8.641, DE 28.3.2022	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CI	
	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JUNHO DE 1998, QUE AS	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JUNHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAC	
	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA	LEI N. 8.605, DE 22.2.2022	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIG	
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. Nº 160 DE 07.08.201	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. Nº 160 DE 07.08.2017, PARA PERMI	
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVE	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVE	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50 DE 15 DE OUTUB	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, O	
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2	LEI Nº 6.952, DE	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFIN	
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE	LEI N. 8.651, DE 7.4.2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI N. 9.155, DE 19.1.2024	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008	LEI N. 7.469, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971	LEI Nº 8.481, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	LEI N. 8.991, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992	LEI N. 8.409, DE 3.5.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 - DISPÕE SOBRE O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992	LEI N. 8.677, DE 7.6.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	LEI N. 8.884, DE 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	LEI N. 8.209, DE 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004	LEI N. 7.599, DE 3.4.2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	LEI N. 8.785, DE 1.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005	LEI N. 9.173, DE 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008	LEI N. 8.645, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008	LEI N. 8.741, DE 2.8.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012	LEI N. 8.506, DE 27.9.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014	LEI N. 7.952, DE 1.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014	LEI N. 7.884, DE 25.5.2017	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015	LEI N. 8.385, DE 23.2.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018	LEI N. 8.784, DE 1.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018 QUE INSTITUI O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019	LEI N. 8.321, DE 1.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019	LEI N. 8.560, DE 1.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019 QUE VEICULA O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (CÓDIGO CIVIL)	LEI N. 14.405, DE 11.7.2022	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (CÓDIGO CIVIL) PARA TORNAR VIGENTE O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29 DE ABRIL DE 2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	LEI N. 14.356, DE 31.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29 DE ABRIL DE 2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI Nº 13.475 DE 28 DE ABRIL DE 2017 QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	LEI N. 14.163, DE 9.6.2021	ALTERA A LEI Nº 13.475 DE 28 DE ABRIL DE 2017 QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20 DE ABRIL DE 2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24 DE JULHO DE 1991	LEI N. 14.331, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20 DE ABRIL DE 2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24 DE JULHO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	
	ALTERA A LEI Nº 14.124 DE 10 DE MARÇO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	LEI N. 14.259, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI Nº 14.124 DE 10 DE MARÇO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIARIAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL)	LEI N. 14.326, 12.4.2022	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) PARA	
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	LEI N. 14.548, 13.4.2023	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	LEI N. 13.010, 26.6.2014	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	
	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992 QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LEI N. 14.230, DE 17.5.2019	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992 QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS)	LEI N. 14.291, 3.1.2022	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS)	
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS)	LEI N. 14.333, 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS)	
	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO)	LEI N. 14.364, 1.6.2022	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO)	
	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000 PARA GARANTIR DIREITOS ACERCA DA ATIVIDADE DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA	LEI N. 14.849, 2.5.2024	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000 PARA GARANTIR DIREITOS ACERCA DA ATIVIDADE DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA	
	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADANIA)	LEI N. 13.827, 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADANIA)	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA)	LEI N. 13.772, DE 17.5.2019	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA A	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO Nº 7.12.194	LEI N. 14.310, 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO Nº 7.12.194	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA DENOMINAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	LEI N. 14.857, 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA DENOMINAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS)	LEI N. 14.322, 6.4.2022	ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS) PARA EXCLUIR DO ROL DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 11.350 DE 05.10.2006 A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	LEI N. 14.536, 20.1.2023	ALTERA A LEI Nº 11.350 DE 05.10.2006 A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 11.350 DE 5 DE OUTUBRO DE 2006 PARA DENOMINAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	LEI N. 14.799, 5.1.2024	ALTERA A LEI Nº 11.350 DE 5 DE OUTUBRO DE 2006 PARA DENOMINAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 11.445 DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO)	LEI N. 14.546, 4.4.2023	ALTERA A LEI Nº 11.445 DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO)	
	ALTERA A LEI Nº 11.664 DE 29.04.2008 PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO À VULNERABILIDADE	LEI N. 14.335, 10.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.664 DE 29.04.2008 PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 11.903 DE 14.01.2009 PARA DISPOR SOBRE A BULHARIEDADE	LEI N. 14.338, 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.903 DE 14.01.2009 PARA DISPOR SOBRE A BULHARIEDADE	
	ALTERA A LEI Nº 12.318 DE 26.08.2010 PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	LEI N. 14.340, 18.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.318 DE 26.08.2010 PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 12.587 DE 3 DE JANEIRO DE 2012 A FIM DE DISPOR SOBRE O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	LEI N. 14.748, 5.12.2023	ALTERA A LEI Nº 12.587 DE 3 DE JANEIRO DE 2012 A FIM DE DISPOR SOBRE O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 12.711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012 PARA DISPOR SOBRE O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	LEI N. 14.723, DE 17.5.2019	ALTERA A LEI Nº 12.711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012 PARA DISPOR SOBRE O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 13.146 DE 06.07.2015 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 14.624, 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 13.146 DE 06.07.2015 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
	ALTERA A LEI Nº 13.667 DE 17.05.2018 PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	LEI N. 14.542, 3.4.2023	ALTERA A LEI Nº 13.667 DE 17.05.2018 PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	LEI N. 14.330, 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	
	ALTERA A LEI Nº 13.709 DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	LEI N. 13.853, 8.7.2019	ALTERA A LEI Nº 13.709 DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VULNERABILIDADE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 13.869 DE 05.09.2019 PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLENCIA DOMESTICA	LEI N. 14.321, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI Nº 13.869 DE 05.09.2019 PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLENCIA DOMESTICA	
	ALTERA A LEI Nº 13.960 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 PARA POSTERIZAR O CRIME DE VIOLENCIA DOMESTICA	LEI N. 14.680, DE 18.9.2023	ALTERA A LEI Nº 13.960 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 PARA POSTERIZAR O CRIME DE VIOLENCIA DOMESTICA	
	ALTERA A LEI Nº 14.113 DE 25.12.2020 PARA DISPOR SOBRE A UTILIZACAO DE FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO DE ATIVIDADES DE TI	LEI N. 14.325, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 14.113 DE 25.12.2020 PARA DISPOR SOBRE A UTILIZACAO DE FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO DE ATIVIDADES DE TI	
	ALTERA A LEI Nº 14.151 DE 12.05.2021 PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.311, DE 9.3.2022	ALTERA A LEI Nº 14.151 DE 12.05.2021 PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 - AS ALÍQUOTAS DE ITR	LEI N. 8.967, DE 20.9.2023	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 - AS ALÍQUOTAS DE ITR	
	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 PARA REDUZIR O VALOR DO ITR	LEI N. 8.355, DE 2.12.2020	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 PARA REDUZIR O VALOR DO ITR	
	ALTERA A LEI Nº 6.161 DE 26 DE JUNHO DE 2000 PARA DAR PODERES AOS SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 8.203, DE 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.161 DE 26 DE JUNHO DE 2000 PARA DAR PODERES AOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 7.498 DE 25.06.1986 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.602, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.498 DE 25.06.1986 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.737, DE 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.847, DE 25.4.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.820, DE 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCACAO SUPERIOR) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.644, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCACAO SUPERIOR) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.858, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.071, DE 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 12.760, DE 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.861, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DE SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULACAO DO REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 14.386, DE 27.6.2022	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULACAO DO REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 8.589, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	LEI N. 8.350, DE 2.12.2020	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUICAO DE SERVIDORES PUBLICOS	PORTARIA Nº 343/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUICAO DE SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10.05.2000 QUE APROVA O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	PORTARIA Nº 660/2000	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10.05.2000 QUE APROVA O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A REDACAO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS PARAGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO 40 DA CONSTITUCAO DE 1988	LEI N. 4.422, DE 16.1.2024	ALTERA A REDACAO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS PARAGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO 40 DA CONSTITUCAO DE 1988	
	ALTERA A REDACAO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399 DE 15 DE AGOSTO DE 1977	LEI N. 6.543, DE 16.1.2024	ALTERA A REDACAO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399 DE 15 DE AGOSTO DE 1977	
	ALTERA A RESOLUCAO Nº 23.669/2021 - TSE QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	RESOLUCAO Nº 23.669/2021	ALTERA A RESOLUCAO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA A RESOLUCAO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	RESOLUCAO Nº 23.673/2021	ALTERA A RESOLUCAO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS	
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200	LEI Nº 54, DE 16.1.2024	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44, DE 13 DE JULHO DE 1974	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000	LEI N. 8.533, DE 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000	
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004	LEI N. 8.647, DE 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004	
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	LEI N. 14.531, DE 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 9.454 DE 07.04.1997 13.444	LEI N. 14.534, DE 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 9.454 DE 07.04.1997 13.444	
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997	LEI N. 13.877, DE 27.9.2019	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997	
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995	LEI N. 13.165, DE 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995	
	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23.06.1972 LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998	LEI N. 13.424, DE 28.3.2017	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23.06.1972 LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998	
	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 9.454 DE 7 DE	LEI N. 14.534, DE 11.1.2023	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 9.454 DE 7 DE	
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A	LEI N. 4.212, DE 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A	
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE	DECRETO N. 4.514 DE 28.3.2022	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE	
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001 QUE DI	LEI N. 8.636, DE 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001 QUE DI	
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS E	LEI N. 4.330, DE 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS E	
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 8 DE MAIO DE 19	LEI N. 9.090, DE 27.9.2019	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 8 DE MAIO DE 19	
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7.158 DE 17 DE JUNHO DE	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7.158 DE 17 DE JUNHO DE	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	LEI DELEGADA Nº 48 DE 30.12.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	LEI DELEGADA Nº 48 DE 30.12.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	LEI DELEGADA Nº 48 DE 30.12.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	LEI DELEGADA Nº 48 DE 30.12.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	LEI DELEGADA Nº 48 DE 30.12.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	LEI DELEGADA Nº 48 DE 30.12.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20.12.1974 E DÁ OUTRAS E	LEI N. 4.200, DE 27.9.2019	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20.12.1974 E DÁ OUTRAS E	
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02	DECRETO N. 4.292 DE 27.9.2019	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02	
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULH	LEI N. 8.391, DE 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULH	
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11.12.1990 PARA ESTE	LEI N. 13.370, DE 27.9.2019	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11.12.1990 PARA ESTE	
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 20	LEI N. 6.502, DE 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 20	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 29.258 DE 29.01.2009	DECRETO N.º 29.258 DE 29.01.2009	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 29.258 DE 29.01.2009	
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2003	LEI N.º 8.177, DE 12.06.2023	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2003	
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2003	LEI N.º 8.867, DE 12.06.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2003	
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003	LEI N.º 8.552, DE 12.06.2023	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2011	DECRETO N.º 83.071 DE 17.01.2011	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2011	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2011	DECRETO N.º 83.070 DE 17.01.2011	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2011	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2011	DECRETO N.º 69.581 DE 17.01.2011	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPÍT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2011	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE 16 DE JANEIRO DE 2011	DECRETO N.º 23.086 DE 16.01.2011	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE 16 DE JANEIRO DE 2011	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014	DECRETO N.º 83.069 DE 15.08.2014	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014	DECRETO N.º 95.540 DE 15.08.2014	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE 21 DE JUNHO DE 1995	DECRETO N.º 71.978 DE 21.06.1995	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE 21 DE JUNHO DE 1995	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 2.084 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008	DECRETO Nº 2.084 DE 28.02.2008	ALTERA O DECRETO Nº 2.084 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2008	DECRETO Nº 4.804 DE 24.02.2008	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE 2 DE JANEIRO DE 2018	DECRETO N.º 74.007 DE 02.01.2018	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE 2 DE JANEIRO DE 2018	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	DECRETO Nº 70.145 DE 22.06.2020	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	DECRETO N.º 74.341 DE 22.06.2020	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912 QUE DISPÕE SOBRE A AVULSAÇÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO N.º 94.872 DE 14.06.2021	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912 QUE DISPÕE SOBRE A AVULSAÇÃO DE DOCUMENTOS	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)	LEI N.º 14.752, DE 12.06.2023	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)	
	ALTERA O DECRETO N.º 10.177 DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	DECRETO N.º 10.841 DE 16.12.2019	ALTERA O DECRETO N.º 10.177 DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	DECRETO N.º 11.881 DE 01.05.2023	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	DECRETO N.º 11.880 DE 28.09.2023	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	DECRETO N.º 11.040 DE 04.01.2002	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A ORGANIZAÇÃO DO REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	DECRETO N.º 11.130 DE 22.11.2007	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A ORGANIZAÇÃO DO REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	DECRETO N.º 11.080 DE 22.07.2008	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO REGIME DE DIRETRIA DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO DE GESTÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	DECRETO N.º 11.481 DE 09.05.2016	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO DE GESTÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018 PARA DIS	DECRETO N.º 11.107 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018 PARA DISPOR SOBRE O	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018 E O DEC	DECRETO Nº 11.479 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018 E O DECRETO Nº 10.151	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018 PARA DIS	DECRETO N.º 9.981 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018 PARA DISPOR SOBRE O	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25 DE JUNHO DE 201	DECRETO N.º 9.981 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25.06.2019 QUE REGULAMENTA A L	
	ALTERA O DRECRETO N.º 8.033 DE 27.06.2013 QUE RE	DECRETO Nº 11.7.2019	ALTERA O DRECRETO N.º 8.033 DE 27.06.2013 QUE REGULAMENTA O	
	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI EST	LEI N.º 8.126, 11.7.2019	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI ESTADIAL Nº 5.346	
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADIAL Nº	LEI N.º 8.178, DE	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADIAL Nº 6.456 DE 20 DE	
	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 8.11.2023	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ACE	
	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.19	LEI N.º 14.721, 8.11.2023	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO D	
	ALTERA OS DECRETOS LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940	LEI N.º 14.245, DE	ALTERA OS DECRETOS LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL	
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONS	EMENDA COM	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º e 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO E	
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VERBA DE	DECRETO Nº	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADIAL	
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 20	RESOLUÇÃO	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍD	
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRE	LEI N.º 12.249, 11.6.2010	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUND	
	APERFEICOA A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL P	LEI N.º 13.964, DE	APERFEICOA A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIF	LEI N.º 5.553, 6.12.1968	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDEN	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADA	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADA	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADA	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE	
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILIT	LEI N.º 6.399, 15.8.2003	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILIT	LEI N.º 6.230, 19.4.2001	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO D	PORTARIA Nº	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMEN	
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A O	DECRETO N.º 70.274 DE	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL D	
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGISTRO C	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - AB	
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOM	DECRETO N.º 4.265 DE	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL. PREV	
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO EST	DECRETO N.º 3.700 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS HONR	PORTARIA Nº	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS HONRAS SINAIS DE B	
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS	DECRETO N.º		
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	10.030 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	DECRETO Nº	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS BOMBEIROS MILITARES (R-200).	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 9.172,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	12.3.2024,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 14.064,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	29.9.2020,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 13.800,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	4.1.2019,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.838,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	4.4.2023,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 14.648,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	4.8.2023,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 14.323,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	12.4.2022,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.810,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	20.1.2023,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 5.809,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	27.2.1996,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.652,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	13.4.2022,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.398,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	25.3.2021,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.691,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	21.6.2022,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.680,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	9.6.2022,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.601,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	22.2.2022,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	COMPLEMENTAR	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 14.643,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	2.8.2023,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 6.120,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	22.9.1999,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.133,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	7.8.2019,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.418,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	19.5.2021,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 9.279,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	20.6.2024,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 8.970,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	20.9.2023,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	LEI N. 14.343,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME DE MAU	19.5.2022,	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES	
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS T	DECRETO N.º	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS T	
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS T	4.462 DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS T	
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS T	DECRETO N.º	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS T	
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS T	27.039 DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS T	
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR DE IDADE)	27.039 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329, DE 5 DE JANEIRO DE 2012,	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR DE IDADE)	LEI N. 7.329, 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA, OFERTA, FORNECIMENTO E	ÃO DE CO
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEI	ÇÕES 202
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 20	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 7.294, DE	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER	UTILIZAÇ
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO	CARTILHA PGE - CPRAC	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUC	DE CONFL
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM	- EDIÇÃO
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM	- EDIÇÃO
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM	GASTOS
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ESTRUTURA)	LEI N. 6.179, 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GO	DE ALAGO
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ESTRUTURA)	LEI N. 6.210, DE	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GO	DE ALAGO
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL	DECRETO N. 1.818 DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇO	S.
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL D	
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME	NCIAMENT
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	DO DE DIST
	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E	DEFICIÊNCIAS.
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	LEI N. 4.117, 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVI	
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.105, 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO N. 1.368 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO N. 1.002 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI N. 4.737, 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VE	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO LEI N. 2.848	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO DE VAGAS)	DECRETO N. 35.707 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA	DECRETO N. 40.054 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA	DECRETO N. 40.941 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA	OPECUÁR
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 11.054 DE	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 39.672 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO E	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO E	OAS.
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE	DECRETO N. 29.273 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, 27.1998	ASSEGURA NA FORMA QUE ESTIPULA A PAGA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	AS MILITARES
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA	DECRETO Nº	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA	AMENTO
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	SERVIDOR
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO E	PORTARIA Nº	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO E	TRIBUTAÇÃO
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO)	DECRETO N. 17.528 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO	SECRETARIA
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO)	DECRETO N. 24.505 DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO	NO ÂMBITO
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO)	DECRETO N. 23.198 DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO	ÂMBITO DA
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE	
	CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO NA PMAL	LEI N. 4.218, 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DE	GOAS E DA
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PROVIDÊNCIA	DECRETO N. 6.369 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PROVIDÊNCIA	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 5.812, 27.2.1996	DÁ NOVA REDAÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992	PROVIDÊN
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 5.336, 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	DOCA - E AD
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	LEI N. 5.974, 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	OS.
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO)	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE	QUE ALTERA
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO)	LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE	ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	, DEFINE S
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO)	DECRETO N. 33.328 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700, DE 31 DE AGOSTO DE 2007,	AMENTO IN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS (R)	DECRETO N. 1.756 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS	CETRAN-
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	DECRETO N. 18.512 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	DO ADOLESCENTE
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 21.454 DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL A CRIAR E MANUTER CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	NIDADES
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 10.812 DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	S PROVIDENC
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS ILININAS DE ALAGOAS DE UTILIDADE PÚBLICA	LEI N. 8.583, 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS ILININAS DE ALAGOAS – LIGA ILININA DE UTILIDADE PÚBLICA	ULTURAL
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE MORADORES	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE MORADORES	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	ESIDENCIA
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL	DOS PALMARES
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SAÚDE	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SAÚDE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HORTA	LEI N. 8.571, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HORTA	GOAS, LOCAL
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHAS	LEI N. 8.572, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHAS	DAS - LIQUOR
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRAC	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRAC	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASILEIRAS	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASILEIRAS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇAS	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇAS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	LEI N. 8.556, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	URAL – ID
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO	DECRETO N. 9.579 DE	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO	ÕENITSOB
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 022.	022.
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 010.	010.
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇÃO	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 107.	AL Nº 107.
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO	PORTARIA SE	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO	CONSTITUI
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR	DECRETO N. 83.887 DE	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR	O SPSM/A
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE SEGURANÇA	DECRETO N. 7.845 DE	REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA	NTO DE IN
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL	LEI N. 10.693, 25.6.2003	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE CARGOS E FUNÇÕES	NISTÉRIO
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.500	DECRETO N. 10.981 DE	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.500	RES REGUL
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA	DECRETO N. 11.089 DE	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CRIA APP EM IMÓVEL DO RPMON DA PMAL	DECRETO N. 70.396 DE	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIM	ENTO MON
	CRIAÇÃO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CONELITOS	LEI N. 6.895, DE	CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL A 29ª VARA CÍVEL	IFLITOS A
	CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES COM	LEI N. 8.364, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES C	S, E DÁ OU
	CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (B.O.) DA POL	DECRETO N. 407 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (B.O.) DA P	LAGOAS E
	CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPAC	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMP	S DA CRIS
	CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO N	DECRETO N. 35.142 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 20	REF APORIA
	CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE	DECRETO N. 69.463 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CR	E EMERGÊ
	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E D	LEI N. 4.350, 17.5.1982	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PRO	ENTE LEGI
	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOT	LEI N. 4.333, 13.4.1982	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIA	
	CRIA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS A CÂMARA	LEI	CRIA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS A CÂMARA DE PREVENÇ	CONQUISTR
	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLE	COMPLEMEN	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESA	
	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS POR CRIME DE ESTUPRO	LEI N. 14.069, 1.10.2020	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS CONDENADAS POR DE ESTUPRO.	
	CRIA O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE AO CÂNCER	LEI N. 8.396, 19.3.2021	CRIA O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE AO CÂNCER	
	CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA D	LEI N. 2.509, 4.12.1962	CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORE	AGOAS E
	CRIA O MISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	LEI N. 14.261, DE	CRIA O MISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	
	CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO MELHORAMENT	LEI N. 8.582, 19.1.2022	CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENÉTICO D	NO ESTA
	CRIA O PROGRAMA PRÓ-LEITOS	LEI Nº 14.147	CRIA O PROGRAMA PRÓ-LEITOS COM APLICAÇÃO ENOLIANTO PERD	A DE SAÚD
	CRIA O PROTOCOLO "NÃO É NÃO" PARA PREVENÇÃO	LEI N. 14.786, DE	CRIA O PROTOCOLO "NÃO É NÃO" PARA PREVENÇÃO AO CONSTRA	SOA "NÃO"
	CRIME DE DENUNCIACÃO CALUNIOSA	LEI N. 14.110, DE	ALTERA O ART. 339 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO	NOVA RED
	CRIME DE PERSEGUIÇÃO	LEI N. 14.132, 31.3.2021	ACRESCENTA O ART. 147-A AO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (RA PREVEI
	CRIMES AMBIENTAIS	LEI N. 9.605, 12.2.1998	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADA	TIVIDADES
	CRIMES DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO	LEI N. 14.155, 27.5.2021	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) PARA	ES OS CRI
	CULTURA (DIA DO MÚSICO ALAGOANO)	LEI N. 7.783, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA DO MÚSICO ALAGOANO E DÁ OUT	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º E CRIA OS § 7º, § 8º E 9º D	EMENDA CONSTITUCIO	DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º E CRIA OS § 7º, § 8º E 9º DO ARTIGO 244	DO DE DÁ
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541 DE 29	LEI N. 5.883, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541 DE 29 DE DEZEMBRO	DE Nº 3/15
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DELEGADA	DECRETO N. 4.140 DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DELEGADA Nº 42, DE 14 DE	DEGERANÇ

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO INCISO	LEI N. 3.846, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO INCISO VII DO ARTIGO	
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125	LEI N. 4.170, 3.10.1980	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980	
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126	LEI N. 4.171, 3.10.1980	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980	
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943	LEI N. 8.527, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JUNHO	
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGA	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14	
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU INCISO	LEI N. 4.922, 1.7.1987	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU INCISO XII DA ALÍNEA	
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO DE AUTE	LEI N. 8.356, 2.12.2020	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26 JUNHO DE 2000	
	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUL	LEI N. 14.759, DE	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBÍ E DA CONS	
	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A T	LEI N. 14.641, 1.8.2023	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO I	
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA CO	DECRETO Nº	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE	
	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MO	PORTARIA Nº	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENT	
	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR	LEI N. 14.768, DE	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL	
	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO E	LEI N. 9.474, 22.7.1997	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS	
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS AD	DECRETO N. 11.123 DE	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVO	
	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERRE	LEI N. 8.463, 30.6.2021	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO"	
	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS	LEI N. 7.134, 9.12.2009	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUA	
	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PINTO GUE	LEI N. 8.788, DE	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA	
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE (REGI	DECRETO N. 19.033 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE EST	
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGO	DECRETO N. 5.879 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE	DECRETO N. 10.622 DE	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº	
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME	
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME	
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARE	DECRETO N. 3.545 DE	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAC	
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVA	LEI N. 8.622, 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSIN	
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIV	LEI N. 8.062, DE	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO EST	
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM	LEI N. 8.597, 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MAU	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE	
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	LEI N. 9.394, DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - L	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	LEI N. 9.494, 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	A LEI N. 7
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E O	LEI N. 8.367, DE	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E O	EDMATAÇÃO
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	DECRETO N. 3.987 DE	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGU	AMEAÇA
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TEMPO DE SERVIÇO	LEI N. 13.103, 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA - ALTERA	DAS LEIS
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE	SEGURANÇ
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE	SEGURANÇ
	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	PORTARIA Nº	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RE	RIDOS NA
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E	LEI N. 12.016, 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E	ENCIAS.
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO"	LEI N. 9.059, DE	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO E	MBITO DO
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS - IPVA	LEI N. 8.469, 15.7.2021	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE	ORES - IP
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS DO ESTADO	LEI N. 8.655, 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPOR	O ESTADO
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS HOSPITAIS E DE POLÍCIA CIVIL	LEI N. 7.195, 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL - HOSPITAIS	SOCIAIS
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE MÁSCARAS	LEI Nº 8.407	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORI	MÁSCARAS
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO	LEI N. 8.781, DE	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ES	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS	LEI N. 8.521, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS	VIL E OBR
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DESPESAS E O	LEI N. 9.373, 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DES	ÇÃO FINA
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JULHO DE 2011	LEI N. 8.640, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE J	ÇÃO ESTUN
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568, DE 06 DE	DO ESTADU
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 37.119, DE 18 DE MARÇO DE 1997	DECRETO N. 37.143, DE	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 37.119, DE 18.3.1997 (SERVIDOR
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SERVIDORES DA	DECRETO N. 11.947, DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SER	ENTES DA
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	DECRETO N. 95.095, DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO	IDOR PÚB
	DISPÕE SOBRE A ARRECADACÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICENTIAIS	LEI N. 14.332, 4.5.2022	DISPÕE SOBRE A ARRECADACÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BE	SISTÊNCIA
	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS	LEI N. 14.341, 18.5.2022	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS	13.105, DE
	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 13.105, DE 2021	DECRETO N. 10.922, DE	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA	4.2021, DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMIN	DECRETO N. 34.899 DE	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIR	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 76.147 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 75.953 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 75.760 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 75.824 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 75.861 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 75.743 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 75.665 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 75.696 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 76.263 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO N. 77.621 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE AL	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO PLANO DE DIST	DECRETO N. 73.790 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFO	
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESP	LEI N. 8.519, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACEF	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA QUALIFICAC	LEI N. 8.639, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA QUALIFICAÇÃO PARA OS S	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICACÃO EXT	LEI N. 9.171, 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICACÃO EXTRAORDINÁRIA A	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELA	LEI N. 8.437, 30.6.1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTE	LEI N. 7.313, DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓR	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDA	LEI N. 8.692, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO	
	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL	LEI N. 14.075, DE	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL DIGITAL - E AL	
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETER	LEI N. 7.966, 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE	LEI N. 6.682 10.1.2006	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRI	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂM	LEI N. 8.773, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSO	LEI N. 8.699, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO EST	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE	LEI N. 8.787, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PA	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE V	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO I	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI P	LEI N. 8.783, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" C	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA D	LEI N. 8.789, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO OL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CI	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUN	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININT	LEI N. 14.541, 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE D	
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDA	
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE L	LEI N. 8.553, DE	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO	
	DISPÕE SOBRE A DIFUSÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS D	LEI N. 14.583, 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DIFUSÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS E	
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMP	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A	
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA	LEI N. 8.337, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS O	
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDAÇÃO A ALTE	LEI	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDAÇÃO A ALTERAÇÃO E A CON	
	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELA ASSEMBLEIA LEGISI	LEI N. 8.576, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO GOV	
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS D	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIO	
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGI	LEI N. 9.272, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO PLANO DE CAR	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIR	
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO E O SISTEMA DE R	LEI N. 6.540, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO E O SISTEMA DE REMUNERACÃO	
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS	LEI N. 8.529, DE	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS ROI	
	DISPÕE SOBRE A EXPLORACÃO DIRETA E INDIRETA P	LEI N. 12.815, 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXPLORACÃO DIRETA E INDIRETA PELO LINHA DE	
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE	LEI Nº 14.152	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIC	
	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA M	LEI N. 6.400, DE	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO EST	
	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA M	LEI N. 8.669, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO EST	
	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZ	LEI N. 8.588, 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPEND	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET	LEI Nº 14.172	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET, COM FINS EDI	
	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE H	LEI N. 14.334, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS FILA	
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSI	LEI N. 8.297, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGOGIC	
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE	LEI N. 8.672, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA O	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIR	DECRETO N. 10.674, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA LEITEIRA	LEI N. 8.561, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA LEITEIRA DA CIDADE DE	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBR	LEI N. 8.293, 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES	LEI N. 8.675, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOB	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCACÃO FI	LEI N. 8.992, 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCACÃO FINANCEIRA" NA	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLA	LEI N. 8.530, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZA	
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL D	LEI N. 8.292, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE E	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUA	LEI N. 8.695, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIEN	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA	LEI N. 6.873, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TR	LEI N. 8.300, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAU	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXA	LEI N. 8.542, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃ	
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERACÕES DO	LEI N. 8.306, 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERACÕES DO SERVIÇO DE T	
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E B	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILIT	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONC	LEI N. 9.151, 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS D	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ES	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NA	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCI	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITA	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIO	LEI N. 8.985, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE N	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA	LEI N. 3.541, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA	DECRETO N. 93.446, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGI	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEM	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO D	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAC	
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUILO SIS	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS	DECRETO N. 4.073, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991, QUE DISPÕ	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS FINS E AB	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIE	LEI N. 6.938, 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FIN	
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE	LEI Nº 8.413,	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANCA P	
	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS	LEI N. 14.744, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNIC	
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE I	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃE	LEI N. 14.228, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PEI	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRE	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SER	LEI N. 8.559, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICO	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE P	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉD	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE ALAGO	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE ALAGOAS, DE COMÉRC	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTA	LEI N. 14.598, 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACION	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTU	AS PÚBLIC
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOI	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOI HEDORAS	
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PEN	CARREIRA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DE AGENTE PEN	VIÇO CIVIL
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA	TUTODISA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS, N	ATICAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIO	SALADOR
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIO	DE AMPAR
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIO	DO SERVIÇ
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIO	TA, FICOU
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIO	O DO ESTA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIO	RIOR DO E
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIO	ENTO DE E
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIO	DO MEIO A
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA D	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIO	ZUMBI DOS
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CASA MILITA	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CASA MILITAR DO PAL ÁCIO	ACIÇÃO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO	S, SÍS, TE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDO	C, FICOU
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DO PLANO GER	LEI N. 11.784, 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS	VO - PGPE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DO REGIME PR	LEI N. 7.114, 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREV	FICOU, S
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO	LEI Nº 8.427	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROE	OS AICOM
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCUL	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCUL OS ENVOLVIDOS	Á OUTRAS
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRAT	LEI N. 12.846, 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE	SIGNIA PR
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 20	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023. INSTIT	DUAL Nº 8
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIM	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SE	BID, A, S, D, M

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIM	LEI N. 8.947, 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SE	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMIN	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMIN	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍ	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNE	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍ	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIM	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍ	LEI Nº 8.419,	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIM	
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPE	LEI N. 9.007, DE	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS FUNC	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À C	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO	LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E R	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO	LEI N. 8.296, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO D	DECRETO N. 11.484 DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRA	
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA	LEI N. 8.868, 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA EST	
	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES ADMINIS	DECRETO N. 6.514 DE	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MI	
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENER	DECRETO N. 69.530 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNC	
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILIT	LEI N. 6.605, 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTA	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SER	DECRETO N. 33.870 DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABE	LEI N. 9.060, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMEN	
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA AT	LEI N. 5.821, DE	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇA	
	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUD	LEI N. 8.429, 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA D	
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESEN	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AUL	
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS	DECRETO N. 33.861 DE	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENT	
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À IN	LEI N. 8.087, 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚB	
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇ	
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLIC	
	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO AO USO DE IMAGENS DE	LEI N. 9.028, DE	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INALIGURACÃO PARCI	LEI N. 8.522, DE	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INALIGURACÃO PARCIAL OULINCOMP	
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS	LEI N. 12.664, DE 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DO	
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE V	LEI N. 8.503, DE 27.9.2021	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTI	
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO C	LEI N. 13.243, DE 11.1.2016	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À P	
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINIST	LEI N. 5.237, DE 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ	
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS	LEI N. 8.539, DE	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISS	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS	DECRETO N. 26.320, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRAT	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM	LEI N. 8.754, DE 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS D	
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PAR	LEI N. 14.254, DE	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS	
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GE	LEI Nº 14.151	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS AT	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SO	LEI N. 8.315, DE 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALA	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE F	LEI N. 8.291, DE 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREFEND	
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS	LEI N. 8.738, DE 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAL	
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL LIN	DECRETO N. 11.722, DE	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INST	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTU	DECRETO N. 11.833, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENV	DECRETO N. 11.482, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO IND	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA	DECRETO N. 11.480, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROG	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREIT	DECRETO N. 11.483, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO C	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEI	
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALI	LEI N. 8.352, DE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXA	
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO D	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BAN	
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO	LEI N. 9.786, DE 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS P	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORD	LEI N. 8.906, DE 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOC	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, DE 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA	LEI N. 4.504, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCED	LEI N. 10.671, DE 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	LEI N. 1.806, DE 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, DE 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 5.346, DE 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPULANTE DE AERONAVE	LEI N. 3.696, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPULANTE DE AERONAVE	LEI N. 13.475, DE 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPULANTE DE AERONAVE	
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE POLICIAIS MILITARES	LEI N. 8.668, DE 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE POLICIAIS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO	DECRETO N. 37.615 DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO	
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE BENS	LEI N. 5.900, DE	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE BENS	
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO	LEI N. 8.685, DE 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO	
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGÉSICOS	LEI N. 8.518, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGÉSICOS	
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENÉTICAMENTE MODIFICADOS	LEI N. 11.460, DE 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENÉTICAMENTE MODIFICADOS	
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS	LEI N. 8.311, DE 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS	
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	DECRETO N. 58.689 DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PATENTES	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PATENTES	
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO	LEI N. 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MÚSICA	LEI N. 8.984, DE 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MÚSICA	
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 8.646, DE 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	LEI N. 8.567, DE	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	LEI N. 8.368, DE 6.1.2021	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRADOS	LEI N. 8.151, DE 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRADOS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO ESTADUAL	LEI N. 8.643, DE 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO ESTADUAL	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO ESTADUAL	LEI N. 8.627, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO ESTADUAL	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CÍVIS DA LINHA DE BENEFÍCIO	LEI N. 8.112, DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CÍVIS DA LINHA DE BENEFÍCIO	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO	LEI Nº 8.406	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO	
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS	LEI N. 10.826, DE	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	DECRETO N. 10.986 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO N. 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR	GOAS - RU
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA A	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA A	solução Nº
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA A	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA A	DE 20
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM A	LEI N. 5.626, 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM A	ASSOCIAÇÃO
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DECRETO LEI N. 6.259	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO	NE OS PO
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO	DECRETO N. 76.819 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO	NE OS PO
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO	DECRETO N. 86.020 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO	NE OS PO
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS	DECRETO N. 9.359 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS	DE 20
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DA	LEI N. 8.671, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DA	DE 20
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	DE 20
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	DE 20
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS	DECRETO N. 11.821 DE	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS	DE 20
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO	DE 20
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO	DE 20
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA	DE 20
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A REALIZAÇÃO	LEI N. 14.327, 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A REALIZAÇÃO	DE 20
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO	LEI N. 12.705, 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO	DE 20
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA	LEI Nº 8.467	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA	DE 20
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO	LEI N. 6.555, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO	DE 20
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA	LEI N. 13.989, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA	DE 20
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÃO	LEI N. 14.063, DE	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÃO	DE 20
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR	DE 20
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS	LEI N. 13.460, 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS	DE 20
	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO	LEI N. 14.129, 29.3.2021	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO	DE 20

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA	LEI N. 9.271, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA	ENAL GES
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DO	LEI N. 8.630, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONA	TERRAS
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER D	LEI N. 6.442, DE	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E PO	OS DA CO
	DISPOR SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULAR D	LEI N. 14.039, 17.8.2020	ALTERA A LEI Nº 8.906 DE 04.07.1994 (ESTATUTO DA OAB) E O DECR	27.05.1946
	DISPOR SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO GENÉTIC	LEI N. 14.141, 19.4.2021	ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080 DE 19.09.1990 (LEI ORGÂNICA DA S	R SOBRE A
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434 DE 4.2.1997 QUE DISPÕE S	E ÓRGÃO
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊN	
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL DE EDU	LEI N. 7.804, 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INSTITUI A POLÍTICA ESTA	AMBIENT.
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DO	LEI N. 7.790, 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNIC	M COMO A
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HIS	LEI N. 7.788, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO	AS ESCOL
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO)	LEI N. 7.795, 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE - E DÁ OUTRAS PR	
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRA	(Foi ajuiza
	EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PROMOÇÃO	LEI N. 3.791, 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ES	ÍCIA MILIT
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, 7.2.2006	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1	CÓDIGO D
	ENSINO - ESTATUTO - PROMOÇÃO - SUBSÍDIOS E VENC	LEI N. 7.358, 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA M	DE BOMB
	ENSINO - PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, 11.5.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 19	LÍNEA O A
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL	LEI N. 8.538, DE	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL - INCLUI AO PR	NOBILITON
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENSAGENS E	LEI N. 12.006, 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O	TO BRASIL
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAC	DECRETO N. 95.022 DE	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO	ADAÇON
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE	DECRETO N. 88.653 DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENT	BRUNISRA
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA EL	DECRETO N. 9.191 DE	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO RE	DOMSONO
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO	DECRETO N. 23.532 DE	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENT	IVASORPÁ
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFI	LEI N. 8.536, DE	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE S	S.
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CO	LEI COMPLEMEN	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO EF	NOVENO
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CO	LEI COMPLEMEN	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO EF	NOVENO
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO R	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO, INT	ADMINISTR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO R	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INT	
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO	PORTARIA M	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE D	
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAG	LEI N. 14.260, 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM- E CRIA O F	
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	LEI N. 8.986, 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATI	
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABOR	DECRETO Nº	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO A REDA	
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE	LEI N. 7.858, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PI	
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE	DECRETO N.	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENT	
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SE	37.119 DE	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBL	
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM S	DECRETO N. 95.480 DE	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DI	
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	LEI N. 8.829, 21.3.2023	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS	
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIO	DECRETO N. 54.976 DE	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CIA	
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A S	LEI N. 7.820, 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CIA	
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EX	DECRETO Nº	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTAD	
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR P	DECRETO N. 1.846 DE	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE RE	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS P	LEI N. 8.266, 9.6.2020	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETR	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS P	LEI N. 8.103, 16.4.2019	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITA	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS P	LEI N. 7.906, 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITA	
	ESTABELECE PRINCÍPIOS GARANTIAS DIREITOS E DE	LEI N. 12.965, 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS GARANTIAS DIREITOS E DEVERES PARA O	
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAC	LEI N. 8.329, DE	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOIHI	
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUI	LEI N. 8.657, 25.4.2022	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO DO EOL	LEI N. 11.910, 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O C	
	ESTABELECE O ESTADO PRISIONAL DA POLÍCIA MILIT	DECRETO N. 41.375 DE	DENOMINA "MAIOR JOÃO KYLLDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABE	
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS DO SI	DECRETO N. 20.785 DE	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COME	
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS DO SI	DECRETO N. 24.129 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECR	
	ESTABELECE NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO P	LEI N. 4.320, 17.3.1964	ESTABELECE NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAC	
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INC	IVO ARTIC
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, 14.2.2007	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE M	ITO DOS F
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 E AD	DÊNCIAS.
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, 31.7.1997	ALTERA A REDACÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346 DE 26 DE	IFICADO PE
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, 1.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA	
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA	DE MAIO D
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346 D	92.
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº	O DE 1992
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ	CIAS.
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊN	PESSOA CO
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA	
	ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.6	BRO DE 19
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCE	LEI N. 4.423, DE	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPCÃO DA COM	ROVENTOS
	EXPEDICÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDICÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIR	MENTOS S
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO	LEI N. 8.661, 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIME	ORGANIZA
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667 DE 2 DE JULHO DE 1969	ENA DE PR
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.476, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ	CIAS. (Rev
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.339, 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 QUE FIXA O EF	LITAR DO
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.178, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ	CIAS.
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.285, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ	IAS.
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.030, 2.12.1988	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PR	
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.400, 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO EST	DÁ OUTRA
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.231, 19.4.2001	FIXA O EFETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILIT	LAGOAS F
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO EST	DÁ OUTRA
	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE A	LEI N. 4.420, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ	IAS - FIXA
	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, NO	LEI N. 9.056, 8.11.2023	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, NOS TERMOS DO	7 DA CON

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA	LEI N. 8.317, 23.9.2020	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA O	E ALAGOAS
	FIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA	LEI N. 4.179, DE	FIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO&qu	RIBUNAL D
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO	DECRETO N. 24.647, DE	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFI	O DE ALAG
	ELINCIIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLA	ACÓRDÃO N.	ELINCIIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADE	AS DE SEI
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL	LEI N. 4.193, DE	DÁ NOVA REDACÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694, DE 16 DE D	ALTERADO
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL	LEI N. 3.694, DE	CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL – FUNERPO	OVIDÊNCI
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL	LEI N. 4.178, DE	ALTERA A REDACÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA	INSTITUIU
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (FUNESP)	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO ESTADO	ESP.
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (FUNESP)	DECRETO N. 11.225, DE	DÁ NOVA REDACÃO AO CAPITULO E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº	EMBRO D
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANCA P	DECRETO N. 20.786, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRA	PÚBLICA E
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANCA P	DECRETO N. 3.566, DE	DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEG	ÇA PÚBLIC
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (REGIMENTO	DECRETO N. 1.806, DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO (Revogado pelo Decreto n. 4.126, de 8.4.2009.)	
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762, DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	
	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 A	LEI Nº 8.537	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES	ONCES, CUB
	GRATIFICACÃO DE REPRESENTACÃO (AMT LE A IM)	LEI N. 6.635, DE	REALISTA VENCIMENTO-BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PR	E DO POD
	GRATIFICACÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIFIC	DE INSTR
	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO	LEI N. 14.769, DE	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	LEI N. 14.749, 5.12.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	
	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZACÃO E COMBATE	LEI N. 9.152, 19.1.2024	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZACÃO E COMBATE AO RELACION	O CALEND
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO EST	LEI N. 8.546, DE	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGO	ANTO.
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO EST	LEI N. 8.569, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGO	DA CULT
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO EST	LEI N. 8.584, 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGO	DO QUAD
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO EST	LEI N. 8.570, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGO	DO REGG
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAP	LEI N. 14.231, DE	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPAC	IA DE SAÚ
	INIBIR O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA POR CONT	LEI N. 11.705, 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TR	, E A LEI N
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS,	LEI N. 8.461 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS, NO ÂMBITO D	OAS, E D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA	LEI N. 8.974, 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTI	
	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE	LEI N. 8.370, 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE	PRIVADAS
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO IN	LEI N. 14.539, 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO IN	
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE	LEI N. 8.972, 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE	JTRAS PR
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCACÃO	DECRETO N. 11.440 DE	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCACÃO	
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA	LEI N. 8.403, 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA	EDE ESTA
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS	DECRETO N. 11.003 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMINI	DECRETO N. 10.988 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMINI	AS E O CO
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRI	DECRETO N. 11.822 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRI	ADES.
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA	PORTARIA M	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA	ÍTICAS PE
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	LEI N. 13.445, 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 14.597, 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	ENCIAS CO
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS	LEI N. 14.751, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS	PROFORMSI
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DE	LEI N. 6.417, 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DE	À OUTRAS
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E	LEI N. 8.145, 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E	ECOMEN
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGR	LEI N. 9.215, 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGR	MAIL, POLÍ
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NA	LEI N. 8.531, DE	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NA	DAS, E DÁ
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA PARA A POP	LEI N. 8.702, 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA PARA A POP	ÇÃO DA R
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA	LEI N. 8.336, 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA	RESSÃO N
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS	LEI N. 8.603, 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS	PORTADOR
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.312, 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	AS PROVIL
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL	LEI N. 8.373, 12.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL	SOAS.
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE DETECÇÃO PRECO	LEI N. 8.698, 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE DETECÇÃO PRECO	AMENTO D
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA	LEI N. 8.971, 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA	INO DO ES
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DIS	LEI N. 9.058, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DIS	ENOSOB

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DE	DECRETO N. 11.820 DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DE	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDADES RURAIS.	LEI N. 14.819, DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDADES RURAIS.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS.	LEI N. 13.812, DE 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO À PLANTIO DE ÁRVORES.	LEI N. 14.722, DE 8.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO À PLANTIO DE ÁRVORES.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PÚBLICOS.	LEI N. 14.232, DE 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PÚBLICOS.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 11.201/2005.	LEI N. 14.533, DE 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 11.201/2005.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.	DECRETO N. 9.607 DE 14.7.2018	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER DE BOCA.	LEI N. 14.758, DE 14.7.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER DE BOCA.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE.	LEI N. 14.572, DE 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL.	LEI N. 14.821, DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECLIPERAÇÃO DAS APRENDIZADORAS DE BENS CULTURAIS.	DECRETO N. 11.079 DE 11.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECLIPERAÇÃO DAS APRENDIZADORAS DE BENS CULTURAIS.	
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVICULTURAS.	LEI N. 8.375, DE 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVICULTURAS.	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	LEI N. 8.808, DE 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	
	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADA SOBRE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA."	LEI N. 8.696, DE 27.6.2022	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADA SOBRE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA."	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA.	LEI N. 14.543, DE 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA.	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA.	LEI N. 14.549, DE 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA.	
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	LEI N. 8.358, DE 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO.	RESOLUÇÃO N. 13.3.2013	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO.	
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO.	LEI N. 7.451, DE 13.3.2013	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO.	
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE AÇÃO PARA O COMBATE À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES.	DECRETO N. 11.514 DE 11.1.2021	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE AÇÃO PARA O COMBATE À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES.	
	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A VIOLENCIA FÍSICA, PSÍQUICA, SEXUAL, ÉTICA, ECONÔMICA E SOCIAL.	LEI N. 14.811, DE 12.1.2024	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A VIOLENCIA FÍSICA, PSÍQUICA, SEXUAL, ÉTICA, ECONÔMICA E SOCIAL.	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO.	DECRETO N. 69.527 DE 14.7.2018	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO.	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO.	DECRETO N. 69.529 DE 14.7.2018	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO.	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO.	DECRETO N. 69.502 DE 14.7.2018	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO.	
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.	LEI N. 6.568, DE 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.	
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS", COM O OBJETIVO DE CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO COMBATE AO CÂNCER DE BOCA.	LEI N. 8.338, DE 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS", COM O OBJETIVO DE CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO COMBATE AO CÂNCER DE BOCA.	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCEN	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCEN	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR	
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVID	LEI N. 9.615, 24.3.1998	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVID	
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRA	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRA	
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONS	LEI N. 8.581, 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONS	
	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336	LEI N. 14.237, DE	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336	
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIA	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIA	
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SE	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SE	
		LEI N. 8.039, 6.9.2018		
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 5.077, 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO S	DECRETO N. 95.602 DE	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO S	
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	DECRETO N. 8.750 DE	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONT	LEI N. 14.324, 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONT	
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ	
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALEN	LEI N. 8.322, DE	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALEN	
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	INSTITUI O DIA DO REI PEI É	LEI N. 14.909, 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO REI PEI É	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO LEI N	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO LEI N	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO D	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO D	
	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITA	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITA	
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA D	LEI N. 8.939, 14.8.2023	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA D	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	LEI N. 14.798, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓ	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓ	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	LEI N. 14.545, 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	LEI N. 14.622, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	LEI N. 14.792, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	LEI N. 14.797, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	LEI N. 14.623, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.329, 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.594, 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEONEIRO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEONEIRO	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA	PORTARIA Nº 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.288, 20.7.2010	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - ALTERA AS LEIS Nºs 7.943, DE 19.6.2009, E 7.912, DE 6.7.2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DA ILIENIDADE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DE SUCESSÃO DE BENS	LEI N. 12.852, 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA ILIENIDADE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DE SUCESSÃO DE BENS	
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER	LEI N. 14.238, DE	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS	LEI N. 11.904, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE	LEI Nº 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE	
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER ENVIADO À POLÍCIA	LEI Nº 14.149, 19.4.2021	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER ENVIADO À POLÍCIA	
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	DECRETO N. 10.689, DE	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO	DECRETO N. 11.485, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO	
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA	DECRETO N. 11.487, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA	
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO	LEI Nº 14.328, 20.4.2022	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO	
	INSTITUI O MÊS DE JUNHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO COMÉRCIO DE PESCOÇAS	LEI Nº 14.328, 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JUNHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO COMÉRCIO DE PESCOÇAS	
	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	LEI Nº 14.328, 20.4.2022	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	DECRETO N. 10.906, DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O COMITÊ NACIONAL DE FERTILIZANTES	DECRETO N. 10.991, DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O COMITÊ NACIONAL DE FERTILIZANTES	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DO DISTRITO FEDERAL	LEI N. 6.971, 5.8.2008	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DO DISTRITO FEDERAL	
	INSTITUI O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTAR	LEI N. 14.284, DE	INSTITUI O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTAR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO	LEI N. 8.551, DE	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE	TRAS PRO
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE	LEI N. 8.591, 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAM	ENCIA S
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA	LEI N. 7.965, 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS P	
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIA	LEI N. 8.232, 10.1.2020	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PR	DE ALAGO
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓDIGO	LEI N. 8.397, 19.3.2021	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO I	PRMEDILÊN
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAM	LEI N. 14.540, 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASS	ACS À BREVE
	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO	LEI N. 14.214, 6.10.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MEN	Á SECNS EN
	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	LEI N. 14.640, 31.7.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A L	.2006, A L
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RACÃO	LEI N. 8.973, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RACÃO E ITENSÍLIOS	IBITO DO
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAM	LEI N. 8.988, 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ-NAT	ÂMBITO DE
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE FOLIOTERAPIA	LEI N. 8.968, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE FOLIOTERAPIA COMO MÉTOD	COMITAC
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO “MULH	LEI N. 9.057, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO “MULHERES NA CULT	Á OUTRA
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL - E ALTERA	LEI N. 14.351, 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL - E ALTERA AS LEIS Nºs 4.11	DIGO IERA
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI À ESCOL	LEI N. 8.372, 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA VISANDO SE	PRE SOB
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊN	DECRETO N. 11.431 DE	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO	DECRETO N. 10.846 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMEN	DECRETO N. 10.701 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊN	S E ADOL
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELE	DECRETO N. 11.946 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO PR	DECRETO N. 11.106 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO PROTEÇÃO E DEF	SICINDS
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM	LEI N. 14.886, 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBL	
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL	LEI N. 8.316, 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO	DECRETO N. 57.008 DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZA	RIA DE ES
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTA	LEI N. 8.687, 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR M	LARES DA
	INSTITUI O PROJETO “CELULAR SEGURO”	PORTARIA M	INSTITUI O PROJETO “CELULAR SEGURO” NO ÂMBITO DO	TIÇA E SE
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDOR	LEI N. 5.247, 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CI	ALAGOAS,

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTE	PORTARIA Nº	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SE	
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESS	DECRETO N.º	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROC	
	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ES	LEI N. 9.174, 19.3.2024	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAG	
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	LEI N. 9.612, 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS	
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE	LEI N. 6.236, 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES	DECRETO N.º	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SIS	
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSA	DECRETO N.º	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP N	
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLIC	LEI N. 11.343, 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DRO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE S	LEI N. 14.370, 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL	
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS	LEI N. 9.296, 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII PARTE FINAL DO ART. 5º DA CONSTITUI	
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGUNDA VIA	LEI N. 8.390, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO	
	UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ O	
	UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA JUSTIÇA	LEI N. 10.259, 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E C	
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROM	
	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	DECRETO LEI N. 3.688	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	LEI Nº 12.527	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º no incisi	
	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 14.133, 14.4.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE	LEI N. 6.514, 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM A	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE	LEI N. 6.544, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM A	
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	LEI N. 13.709, 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIB	LEI N. 11.340, 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA	
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSI	LEI N. 7.203, DE	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITA	
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)	DECRETO N.º	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO	
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE	LEI N. 11.334, 25.7.2006	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE	
	LUTO OFICIAL	DECRETO N.º	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DOS MILITAR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	MANUAL LGPD PGE/AL	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	MINISTRAC
	MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESFILES	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMAPANHA C-22-6 - INSPECÇÕES, REVISTAS	ÃO, 1996 E
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMAPANHA ER70-MC-10-308 - ORDEM UNIDA	DÁ OUTRA
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES FORMATIVAS D	DA ÁREA D
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982 DE 29 DE NOVEMBRO	O A DENO
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A "MEDALHA	BEIRO PO
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO M	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 6.579 DE	OUTORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL "	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 49.938 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILIT	ARES ÀS A
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILIT	ARES AS A
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILIT	PALMARE
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILIT	ARES ÀS A
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	O CONSEL
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO	MBITO DO
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA	LEI N. 13.979, 6.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA	ÇA DE IMPO
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA	ÇA DE IMPO
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE SANGUE)	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS M	ENTOS CU
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL)	LEI DELEGADA	DEFINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER	ADO DE A
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL)	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTAD	ECUTIVO, E
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL)	LEI DELEGADA	DEFINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER	ADO DE A
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO	O DE OFIC
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.527, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 1	05.02.195
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E O SERVIÇO DE	LEI N. 12.598, 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATA	DLVIMEN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	6, DE 06.07
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO	DECRETO N. 11.831, DE	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOTE UM ANIMAL"	LEI N. 8.969, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOTE UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAGOAS	OUTRAS PR
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS FURTO DE VEÍCULOS	DECRETO N. 28.537, DE	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS FURTO DE VEÍCULOS	RAUDES C
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS FURTO DE VEÍCULOS	DECRETO N. 28.407, DE	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS FURTO DE VEÍCULOS	RAUDES C
	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO	LEI N. 8.299, 20.8.2020	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	OML DE G
	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.573, 4.1.2022	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALAGOAS	BRASILE
	ORÇAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO) - 2016	LEI N. 7.054, 17.6.2009	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO VIGENTE - 2016	EM FAVOR
	ORÇAMENTO (DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO) - 2016	LEI N. 7.805, 21.6.2016	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS	ÁRIA ANU
	ORÇAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA) - 2016	LEI N. 7.799, 6.4.2016	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O PERÍODO DE 2016-2017	NCEIRO D
	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL) - 2016-2017	LEI N. 7.798, 6.4.2016	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2017	ART. 176,
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO I DO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	LEI N. 7.816, 19.9.2016	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO I DO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	DEPLEG
	ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA	LEI N. 8.342, DE	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA	O DE ALA
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR E DISPOR	RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA COMISSÃO DE	RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA COMISSÃO DE	AÇÕES QU
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTÍSTICO E CULTURAL) - 1960, A LEI Nº 6.880, DE 09.12.1980 (ESTATUTO DOS MILITARES) ALTERA	LEI N. 13.954, DE	ALTERA A LEI Nº 6.880 DE 09.12.1980 (ESTATUTO DOS MILITARES) ALTERA	.1960, A LE
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTÍSTICO E CULTURAL) - 1960, A LEI Nº 6.880, DE 09.12.1980 (ESTATUTO DOS MILITARES) ALTERA	LEI N. 7.355, 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ÔNIO HIST
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE SOCIAL	LEI Nº 13.767, DE	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT	DECRETO-
	PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	LEI N. 14.138, 16.4.2021	ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560 DE 29.12.1992 PARA	DECAÇÃO
	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - INOVAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS	LEI N. 7.117, DE	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	PROTEÇÃO
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 28.537, DE	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	E ALAGOAS
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N. 5.854, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	LEI N. 8.159, 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	S PROVID
	PORTARIA CONJUNTA SFEA7/SEPLAG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO DE	PORTARIA CONJUNTA SFEA7/SEPLAG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	COMISSÃO DE LICITAÇÃO
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20, DE 03.08.2022 - APROVA O REGULAMENTO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O PROCESSO DE LICITAÇÃO	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO DE	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20, DE 03.08.2022 - APROVA O REGULAMENTO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O PROCESSO DE LICITAÇÃO	OS DE SE
	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO DE	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO DE	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO DE	EDOS DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTAB	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADR	
	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTAB	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADR	
	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2	RESOLUÇÃO	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMLIDH -	
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL NO A	LEI Nº 13.994, LEI N. 13.495, DE	ALTERA A LEI Nº 9.099, 26.09.1995, PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO	
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRAR O PRIN	LEI N. 13.104, 9.3.2015	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TR	
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA QUA	LEI N. 4.868, DE	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO	
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 5.009, 7.7.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO À DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517	
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 4.994, 7.6.1988	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984,	
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 5.819, 1.3.1996	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984, E DÁ OUT	
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBU	LEI N. 6.674, 4.1.2006	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO	
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE DÉBITO	LEI	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O M	
	PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDEN	DELEGADA	CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO D	
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO PREVIDEN	LEI N. 4.517, 30.5.1984	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊN	
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEA) SAÚDE E EXTINGUE O	LEI N. 6.584, 29.3.2005	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO E	
	PREVIDÊNCIA (DEFINE O GESTOR DO RPPS)	LEI N. 6.585, 29.3.2005	DEFINE O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SER	
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBR	LEI N. 4.789, 19.6.1986	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS A	
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O RPPS)	LEI N. 6.288, 28.3.2002	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS A	
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVID	LEI N. 7.114, 5.11.2009	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÍ	
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO RPPS - ÓRGÃO	LEI N. 7.751, 9.10.2015	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREV	
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA LINIDADE GESTORA DO	DECRETO N. 68.852 DE	REESTRUTURA A LINIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO D	
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE P	DECRETO N. 68.852 DE	DISPÕE SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO	
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.0000079	RECOMENDA	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.0000079-2 - RECOMEN	
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇ	LEI N. 8.577, 19.1.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE	
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS	LEI N. 8.159, 25.9.2019	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO C	
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERV	LEI N. 8.233, 10.1.2020	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO C	
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	DECRETO N. 10.513 DE	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICO	
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES	LEI N. 7.173, 7.7.2010	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173, DE 7 DE JULHO DE 2010, QUE DISPÕE	
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES	LEI N. 7.173, 7.7.2010	FICA PROIBIDA, EM TODO ESTADO DE ALAGOAS, A UTILIZAÇÃO DE A	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROMOÇÃO (CABOS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM A	DOS DA AT
	PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSE	LEI N. 8.184, DE	AL TERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE	CRITÉRIOS
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, 19.4.2001	ATRIBUI NOVA REDACÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE M	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM A	A DA POLI
	PROMOÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM A	AS DA ATI
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 4.837, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA PO	DIFICA O A
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE	AL TERA A REDACÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO D	
	PROMOÇÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL E	MILITAR M
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO	DECRETO N. 11.491 DE	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO FIRMADA	DERATIVA
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENC	DECRETO N. 10.984 DE	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIO	ÇÃO DE PRO
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL UTILIZAÇÃO E GERACÃO	TO E CON
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 2	LEI N. 8.960, 14.9.2023	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO	ABEICOBO
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORD	DECRETO N. 10.919 DE	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTIN	ENEFICIAR
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENT	DECRETO N. 70.066 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAME	A DE SAÚ
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENT	DECRETO N. 69.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAME	A DE SAÚ
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENT	DECRETO N. 69.844 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAM	CIA DE SA
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENT	DECRETO N. 69.935 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAME	A DE SAÚ
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENT	DECRETO N. 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAME	A DE SAÚ
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENT	DECRETO N. 69.577 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAME	A DE SAÚ
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENT	DECRETO N. 69.700 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAME	A DE SAÚ
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURS	PORTARIA Nº	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIM	BILITAC
	QUADRO DE PESSOAL (OEA OOE)	LEI N. 6.333, 22.7.2002	AL TERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA	791, DE 5 D
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406 DE	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222 DE	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO	S, APROV
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRAT	LEI N. 13.726, 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS POD	SISTADE
	REAJUSTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS	LEI N. 4.125, 26.3.1980	REAJUSTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDOR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REA ILIUSTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES	LEI N. 4.214, DE 5.12.1980	REA ILIUSTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES	JUSTIÇA.
	REA ILIUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	LEI N. 7.474, DE 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REA ILIUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	OS CIVIS E
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	LEI N. 8.976, DE 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	DO ESTAB
	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	LEI N. 14.720, DE 7.11.2023	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.751, DE 13.9.1974	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	ALSDASPE
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	LEI N. 3.398, DE 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	ADO DE AI
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE 19.4.2004	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469, DE 19 DE ABRIL DE 2004	ISPÕE SO
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, DE 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE	CIMENTOS
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI N. 8.545, DE 3.1.2006	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO REGIME PRÓPRIO	DAS, E FIX
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS	DECRETO N.º 4.077, DE 4.07.2002	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS UNIDADES	AS REALIZ
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES	DECRETO N.º 4.076, DE 4.07.2002	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES	PROVEDIA
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	DECRETO N.º 4.550, DE 27.12.2002	ALTERA O DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002, QUE REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO	E ENERGI
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DE RESERVA	DECRETO N.º 7.174, DE 7.11.2023	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DE RESERVA	AS, E DÁ
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS	DECRETO N.º 7.174, DE 7.11.2023	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS	EXECUTI
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	DECRETO N.º 4.049, DE 4.07.2002	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	PELA ADM
	REGULAMENTA A LEI Nº 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O REGIME DE	DECRETO N.º 25.212, DE 25.11.2012	REGULAMENTA A LEI Nº 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O REGIME DE	PREVIDEN
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE INSTITUI	DECRETO N.º 76.651, DE 10.12.2023	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE INSTITUI	ÉRDAS PA
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE	DECRETO N.º 95.600, DE 16.11.2023	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE	PROGRA
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE	DECRETO N.º 9.847, DE 9.11.2023	REGULAMENTA A LEI Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE	A CAPACI
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA DISPOR SOBRE	DECRETO N.º 11.436, DE 11.12.2013	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA DISPOR SOBRE	ASTRO, O
	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007, PARA ESTABELECE	DECRETO N.º 11.129, DE 10.08.2013	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007, PARA ESTABELECE	REBICAC
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A	DECRETO N.º 8.771, DE 23.04.2014	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A	DEADINIS
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014, PARA TRATAR DA	DECRETO N.º 11.002, DE 11.02.2023	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014, PARA TRATAR DA	DEADINIS
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019, E A MEDIDA PROVISÓ	DECRETO N.º 10.989, DE 10.08.2023	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019, E A MEDIDA PROVISÓ	08.2004, C
	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214, DE 06 DE OUTUBRO DE 2021, QUE INSTITUI O PROG	DECRETO N.º 5.169, DE 07.05.1982	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214, DE 06 DE OUTUBRO DE 2021, QUE INSTITUI O PROG	E PROMOC
	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1982, QUE DISPÕE SOBRE AS		REGULAMENTA A LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1982, QUE DISPÕE SOBRE AS	OFICIAIS D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999 QUE DIS	DECRETO N.º 3.182 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999 QUE DISPÕE SOBRE O	O BRASILE
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000 QUE INS	DECRETO N.º 11.004 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000 QUE INSTITUI O FUNDO	O DOS SE
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14	DECRETO N.º 11.439 DE	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 QUE I	OGRAMA M
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOM	DECRETO N.º 1.424 DE	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO	DO PREGÃO
	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMB	DECRETO N.º 5.296 DE	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 OI	DE NOVEMB
	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESS	DECRETO N.º 5.163 DE	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE	DE CONCESS
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675	DECRETO N.º 9.489 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018	DE PREGÃO
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO E	DECRETO N.º 48.326 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LE	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 0	DECRETO N.º 11.008 DE	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PAR	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO	LEI N.º 11.350, 5.10.2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DISPÕE SOBR	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.0	DECRETO Nº	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DE	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA	DECRETO N.º 4.127 DE	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO ES	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITU	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊ	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL PREVIDÊ	DECRETO N.º 6.444 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL PREVIDÊNCIA E DÁ OUI	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PR	DECRETO N.º 57.140 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREV	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMEN	DECRETO N.º 10.990 DE	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INST	DECRETO N.º 10.880 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELA M	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIQUÍLIO BRASIL INSTI	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIQUÍLIO BRASIL INSTITUÍDO PELA ME	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTI	DECRETO N.º 12.064 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELA LEI	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO Á	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO Á AQUISIÇÃO DE	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O REAJUSTE DE PREÇOS NOS CONTR	DECRETO N.º 1.054 DE	REGULAMENTA O REAJUSTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMI	DE PREGÃO
	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLIC	DECRETO N.º 35.718 DE	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E P	DE PREGÃO
	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRAD	DECRETO N.º 2.356 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUA	DE PREGÃO
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO Nº	ALTERA O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO E	DE PREGÃO
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA NO BAIRRO	DECRETO N.º 57.262 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA B	DE PREGÃO
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO	DECRETO Nº	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE AL	DE PREGÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 6.161, 26.6.2000	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	QUAL.
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA O ACESSO ÀS PROMOÇÕES	LEI N. 8.609, 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA O ACESSO ÀS PROMOÇÕES	DAS PROM
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO-LEI N. 8.325, 5.11.2020	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS	ADOS, DO
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	COMPLEMENTAÇÃO DA LEI N. 6.651, DE 11.11.2023	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	DO ESTAB
	RESPONSABILIDADE FISCAL	COMPLEMENTAÇÃO DA LEI N. 6.651, DE 11.11.2023	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A REFORMA	NA GESTÃO
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.821, 13.7.2007	AUTORIZA A RESTRICÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS	AZER, E D
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.926, 12.5.2008	ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 6.821, DE 13 DE JULHO DE 2007, QUE AUTORIZA	DE HORÁ
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE INSTITUI O PRO	LEI N. 9.047, 8.11.2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE INSTITUI O PRO	ONSTRINCA
	REVOGACÃO DE LEIS	LEI N. 8.325, 5.11.2020	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994: A LEI ESTADUAL Nº	10 DE AGO
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	DECRETO N. 11.611, DE 11.11.2023	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	S ESCOLA
	RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO PÚBLICO E DE USO DO SOLO NAS	LEI N. 6.651, DE 11.11.2023	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO PÚBLICO E	VIAS ESTA
	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (INTERNO)	DECRETO N. 5.483, DE 11.11.2020	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL	L DE ALAG
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS	DECRETO N. 37.611, DE 11.11.2023	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO	ROVIDÊNC
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES	DECRETO N. 8.700, DE 11.11.2020	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES	MENCION
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES	DECRETO N. 23.617, DE 11.11.2020	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020	SPÕE SOB
	SEGURANÇA PESSOAL (EX-GOVERNADORES, EX-COMANDANTES E EX-SERVIDORES)	LEI N. 6.063, DE 11.11.2020	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES, EX-COMANDANTES E	OMANDAN
	SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO PM TEMPORÁRIO)	LEI N. 6.451, 7.1.2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTACÃO DE SERVIÇOS	SERVIÇOS
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO POR ACIDENTE)	DECRETO N. 25.649, DE 11.11.2020	INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O CUMPRIMENTO	OS TELEFÔ
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO POR ACIDENTE)	LEI N. 7.389, 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANCA NA FORMA DE CONTRATO	OLICIAL MI
	SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.445, 18.1.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO	MILITAR E
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSINO	E DÁ PROV
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA DE ENSINO DO POLICIAL	IDÊNCIAS
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, 1.7.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332 DE 10 DE ABRIL DE 1992 E DA LEI Nº 5.445	PROVIDÊN
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	ROVIDÊNC
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL)	LEI N. 5.151, 18.9.1990	FIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL	ROVIDÊNC
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SOLDADO E VENCIMENTO)	LEI N. 5.130, 19.4.1990	ALTERA, ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421, DE 20 DE ABRIL DE 1990	4, 4.956, D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SOLDOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.207, 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130, DE 19 DE ABRIL DE 1990 E AD	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, 27.3.2006	FIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, 4.4.2006	FIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEG	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, 7.2.2014	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILIT	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO ATÉ O P	LEI N. 6.824, 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 4.956, DE	FIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 5.680, 8.2.1995	FIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REA ILISTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.152, 18.9.1990	REA ILISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REA ILISTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.138, 29.5.1990	REA ILISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REA ILISTA PROVENTOS)	LEI N. 5.624, 26.5.1994	REA ILISTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REA ILISTA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.591, 8.4.2005	REA ILISTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS IN	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REA ILISTE DOS SUBSÍDIO)	LEI N. 7.253, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REA ILISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REA ILISTE SOLDOS E VE	LEI N. 5.162, DE	REA ILISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDOR	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL ANUAL)	LEI N. 7.727, 8.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIM	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDOS SUBSÍDIO)	LEI N. 6.385, 23.7.2003	FIXA O SOLDOS DE CORONEL PM, ESTABELECE O SISTEMA REMUNER	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DE FINE VERBA	LEI N. 6.456, 20.1.2004	FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO D	
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E	
	SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE - ALTERA A L	
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS	PORTARIA N. 1	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AUL	
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBL	LEI N. 6.009, 23.4.1998	INSTITUI À TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBL	
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO DE TECN	LEI N. 7.131, 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE C	
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SC	LEI N. 14.289, 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIC	
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAR	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACE	
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENT	LEI N. 12.687, 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116, DE 29.08.1983, PARA TORNAR C	
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZAÇÃO DE C	DECRETO N. 15.877, DE	INSTITUI REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	TRANSCRICÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	NP Nº 133846	TRANSCRICÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
	TRANSFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA	LEI N. 6.050, DE 27/1998	TRANSFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE	
	TRANSFORMA CARGOS DE JUIZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE	LEI N. 8.550, DE	TRANSFORMA CARGOS DE JUIZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE	
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS	LEI N. 8.608, DE 22/2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS	
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, DE 8/10/2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO	
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FOLIOTERAPIA DE	LEI Nº 6.414, DE	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FOLIOTERAPIA DE	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E S	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, DE 31/5/2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS M	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DO	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARD	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAG	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRA	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARD	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRA	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALOR	
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE	LEI N. 7.116, DE 29/8/1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REG	
	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO	LEI N. 8.135, DE 7/8/2019	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOM	
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM	LEI Nº 8.113, DE	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENSÃO DE	DECRETO N. 17.760, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 20	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENSÃO DE	LEI N. 7.550, DE	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENSÃO DE	LEI N. 7.398, DE 3/8/2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 20	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA DE OPE	LEI N. 6.274, DE 5/10/2001	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421, DE 20 DE DEZEMBRO	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAMENTO DE	LEI N. 7.335, DE 3/4/2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVIÇO VOLUN	LEI N. 7.581, DE 7/2/2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA DE ALIM	DECRETO N. 30.018 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SE	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA PARA AC	DECRETO N. 30.019 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE LINIE	
	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS DE PRO	LEI N. 8.328, DE	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ES	